



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. Introdução	2
2. Análise Execução Orçamental	4
2.1. Orçamento	4
2.1.1. Receita	5
2.1.1.1. Evolução da Receita	6
2.1.2. Despesa	6
2.1.2.1. Evolução da Despesa	6
2.2. Fluxos de Caixa	8
2.3. Grandes Opções do Plano	10
2.4. Custos por função	14
3. Análise da Situação Económica	15
3.1. Situação Financeira	15
3.1.1. Balanço	15
3.1.2. Demonstração de Resultados	18
3.1.2.1. Resultados Operacionais	18
3.1.2.2. Resultados Financeiros	19
3.1.2.3. Resultado Líquido do Exercício	19
3.1.3. Endividamento	19
4. Cumprimento da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	20
5. Cumprimento da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	20
6. Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício	20
7. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício	20



1. Introdução

Tendo em conta que foi constituída a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A., (AAA), em 29 de setembro de 2020, por escritura pública de constituição, ao abrigo do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2021, de 31 de agosto, na sua atual redação.

A empresa é formada por dez municípios do Alto Alentejo (Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel) e a mesma tem como objeto social a prestação dos seguintes serviços de interesse geral na área destes concelhos, nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, a elevação, o tratamento, a adução, o armazenamento e a distribuição de água para consumo público;

- Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de redes fixas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais.

Os estudos realizados indicam que a gestão de ambos os serviços respeitantes a todos os municípios terá maior economia, eficiência e eficácia, tanto na perspetiva operacional como financeira se forem executados de forma agregada e em conjunto.

Esses estudos revelam, também, que a prossecução desse objetivo é melhor garantida através da adoção do modelo de gestão delegada previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, assegurado por uma empresa local de natureza intermunicipal constituída para o efeito, de que os municípios são os únicos acionistas.

Assim, a análise das contas individuais poderia não permitir a visão global da situação financeira do grupo municipal. Torna-se, então, necessária a apresentação das contas consolidadas.

O objetivo aqui patente é elaborar as demonstrações económicas e financeiras das duas entidades como se se tratasse de uma só.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Estipula o n.º 1 do artigo 75.º que " Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".



1.1 Perímetro de consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Nisa e a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM,S.A. detida em 14,99% pelo Município de Nisa.

A empresa Águas do Alto Alentejo, EIM,S.A. tem como objeto principal:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, a elevação, o tratamento, a adução, o armazenamento e a distribuição de água para consumo público;
- Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de redes fixas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais.

1.2 Método de Consolidação

O método de consolidação de contas adotado pelo município de Nisa foi o método de equivalência patrimonial, nos termos conjugados do parágrafo 5 da NCP 23, dos artigos 7.º e 19.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto e da lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, na sua atual redação.

O método de equivalência patrimonial consiste, basicamente, na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).



2. Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2022, relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, correspondeu às seguintes taxas de execução:

- Foi atingido um índice de realização do orçamento da despesa de 68,11% a que correspondeu um montante de despesa de 12.450.027,27 euros.
- O Investimento realizado apresentou um coeficiente de realização de 60,04%, num valor de 3.816.708,95 euros.
- Os passivos financeiros realizados apresentaram um coeficiente de realização de 88,45% num valor de 287.404,03 euros.
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de aproximadamente 72,37%, correspondendo a um valor de 8.633.318,32 euros.
- Ao nível da receita verificou-se uma execução geral de 86,64%, a que correspondeu uma receita cobrada líquida de 15.752.364,31 euros.
- Efetuaram-se 25 alterações e 2 revisões às GOP's e ao Orçamento 28 alterações e 2 revisões.

2.1 – Orçamento

Para analisar a Execução do Orçamento, apresentam-se alguns mapas e notas. Apresenta-se no quadro seguinte a estrutura das receitas e despesas, correntes e de capital.

Analisando a estrutura orçamental o aspeto mais importante que se extrai é o facto de as receitas correntes serem superiores às despesas correntes. Também o grau de execução da receita é superior a 85% cumprindo assim o estipulado no n.º 3 do art.º 56º do Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Quadro 1: Estrutura orçamental

Designação	€		%	
	Dotação corrigida	Execução	Peso por rubrica	Execução
Receitas correntes	11.775.103,77	10.403.684,69	66,05	87,83
Receitas de capital	3.328.341,71	2.342.008,04	14,87	70,37
Outras receitas	3.006.671,58	3.006.671,58	19,08	100
Total das receitas	18.110.117,06	15.752.364,31	100	86,64
Despesas correntes	11.840.374,28	8.633.318,32	69,34	72,37
Despesas de capital	6.269.742,78	3.816.708,95	30,66	60,04
Total das despesas	18.110.117,06	12.450.027,27	100	68,11



2.1.1. Receita Receitas Correntes

As receitas correntes líquidas, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.

Quadro 2: Receitas Correntes

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
01 - Impostos Diretos	1.101.672,58	1.067.306,78	10,27	96,88
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	93.264,60	56.503,02	0,55	60,57
05 - Rendimentos de Propriedade	382.246,58	339.972,80	3,74	102,02
06 - Transferências Correntes	8.000.920,27	7.955.549,99	76,49	99,43
07 - Venda Bens e Presta. Serviços Correntes	1.933.573,11	928.391,05	8,94	44,82
08 - Outras Receitas Correntes	263.426,63	5.961,05	0,01	2,26
Total das Receitas Correntes	11.775.103,77	10.403.684,69	100	87,83

Conseguiu-se atingir uma execução de 87,83%. Analisando detalhadamente a estrutura da receita corrente, verificamos que a mais significativa é relativa a transferências correntes composta sobretudo pelo Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente (FEF).

Receitas Capital

Quadro 3: Receitas de Capital

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
09 - Venda de Bens de Investimento	23.761,71	1.217,86	0,05	5,12
10 - Transferências de Capital	3.296.832,00	2.323.589,69	99,22	70,48
11 - Ativos Financeiros	10	0,00	0,00	0,00
12 - Passivos Financeiros				
13 - Outras Receitas de Capital	7.738,00	17.200,49	0,73	222,28
Total das Receitas de Capital	3.328.341,71	2.342.008,04	100	70,36
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos				100
16 - Saldo da Gerência Anterior	3.006.671,58	3.006.671,58	100	100
Total das Outras Receitas	3.006.671,58	3.006.671,58	100	100

A rubrica mais relevante deste capítulo é sem dúvida relativa às Transferências de Capital, que resultam fundamentalmente das transferências do Fundo Equilíbrio Financeiro de capital (FEF) e dos projetos candidatados a fundos comunitários.

A análise feita à execução da Receita de 2022 baseia-se nos valores da Receita cobrada líquida. Durante o ano 2022 a receita global atingiu os 15.752.364,31€ o que se traduz numa taxa de execução de 86,64%. A percentagem da realização das Receitas correntes foi de 87,83%. Relativamente às Receitas de capital o grau de execução foi de 70,37%.



2.1.1.1. Evolução da Receita

Quadro 4: Evolução da Receita

Designação da Receita	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Corrente	8.996.061,17	9.468.900,38	9.492.924,22	9.769.171,88	10.684.479,35	10.403.684,69
Capital	1.016.629,54	1.003.231,70	1.463.252,25	1.594.623,66	3.019.739,54	2.342.008,04
Outras Receitas	3.652.403,58	3.113.539,09	2.385.932,01	3.219.831,86	2.557.170,83	3.006.671,58
Total	13.665.094,87	13.585.671,17	13.342.108,48	14.583.627,40	16.261.389,72	15.752.364,31

As receitas correntes têm evoluído de forma positiva, se compararmos o exercício de 2017 com o de 2022, verificamos um acréscimo de 1.407.622,92€ ou seja um crescimento de 15,27%.

Quadro 5: Evolução das Receitas Correntes

Designação da Receita	€		Variação %
	2017	2022	
Corrente	8.996.061,17	10.403.684,69	15,27

No que concerne às receitas de capital, essas registaram uma diminuição de 0,01% de 2017 para 2022, pois tiveram um decréscimo de 13.405,81€.

Quadro 6: Evolução das Receitas Capital

Designação da Receita	€		Variação%
	2017	2022	
Capital	2.355.413,85	2.342.008,04	-0,01

2.1.2. Despesa

Despesas Correntes

Quadro 7: Despesas Correntes

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
Despesas com o pessoal	4.998.276,81	4.393.842,49	50,93	86,90
Aquisição de bens e serviços	5.620.656,47	3.287.860,15	38,09	58,25
Juros e outros encargos	15.366,00	6.801,66	0,01	44,26
Transferências correntes	916.190,00	762.722,59	9,19	86,52
Subsídios				
Outras despesas correntes	289.885,00	152.668,43	1,78	52,66
Total das Despesas Correntes	11.840.374,28	8.633.318,32	100	72,38

As Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços assumem um comportamento pouco flexível.

Analisando o quadro constata-se que as Despesas com Pessoal tiveram um peso de 50,93% no total das Despesas Correntes, enquanto a Aquisição de Bens e Serviços influenciaram as



despesas em 38,09% perfazendo em conjunto o montante de cerca de 7.681.702,64€. São no conjunto as despesas que mais oneram o orçamento municipal (90,69%).

Quadro 8: Evolução das Despesas com Pessoal

Ano	Pessoal (€)	% Variação
2017	4.004.326,46	4,13
2018	4.201.779,15	4,93
2019	4.227.937,70	0,62
2020	4 380 722,65	3,61
2021	4 357 455,57	-0,53
2022	4.393 842,49	0,83

Quadro 9: Evolução das despesas com bens e aquisição de serviços

Ano	Bens e aquisição de serviços (€)	% Variação
2017	2.518.195,00	7,70
2018	2.681.753,00	3,99
2019	2.902.076,00	10,82
2020	2 939 527,75	1,29
2021	2 969 079,91	1,01
2022	3.287.283,15	9,68

Entre o ano 2017 e 2022 a despesa com aquisição de bens e serviços tem vindo a aumentar gradualmente.

Despesas Capital

Quadro 10: Despesas Capital

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
Aquisição de bens de capital	5.696.732,78	3.424.569,07	89,73	59,20
Transferências de capital	247.052,00	104.735,85	2,74	42,39
Ativos financeiros	20,00			
Passivos financeiros	324.938,00	287.404,03	7,53	88,45
Outras despesas de capital	1.000,00			
Total das Despesas Capital	6.269.742,78	3.816.708,95	100	60,05

As rubricas das despesas de capital dizem respeito em cerca de 89,73% às Aquisições de Bens de Capital. Os Passivos Financeiros apresentam em 2022 um peso de 7,53% das Despesas de Capital.

A despesa paga em 2022 atingiu os 3.816.708,95€ o que representa uma taxa de execução de 60,05%.



2.1.2.1. Evolução da Despesa

Quadro 11: Evolução da Despesa

Euros

Designação da Despesa	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Corrente	7.226.162,09	8.258.542,60	7.790.545,84	7.986.135,31	8.077.120,37	8.633.318,32
Capital	2.710.923,67	2.988.215,15	2.338.620,07	4.041.899,17	5.177.597,77	3.816.708,95
Total	9.937.085,76	11.246.757,72	10.129.165,91	12.028.034,48	13.254.718,14	12.450.027,27

Análise da evolução da relação entre receitas correntes e despesas correntes e relação entre receitas de capital e despesas de capital

Quadro 12: Evolução da relação entre receitas e despesas

Ano	%	
	Rec. Corrente / Desp. Corrente	Rec. capital / Desp. Capital
2017	125,71	38,61
2018	114,66	33,57
2019	121,85	62,57
2020	122,32	39,45
2021	132,28	58,32
2022	120,50	61,36

2.2 – Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e os pagamentos associados à execução do orçamento evidenciando os saldos iniciais e finais.

Assim os valores dos recebimentos (receita arrecadada bruta em 2022) e dos pagamentos efetuados foram os seguintes:

Quadro 13: Evolução dos recebimentos e pagamentos

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Recebimentos						
Receita corrente	9.084.076	9.468.900	9.499.813	9.769.171,88	10.684.479,35	10.403.684,69
Receita de capital	1.046.561	1.003.231	1.463.252	1.594.623,66	3.019.739,54	2.342.008,04



Pagamentos						
Despesa corrente	7.226.162	8.258.542	7.990.545	7.986.135,31	8.077.120,37	8.633.318,32
Despesa de capital	2.710.923	2.988.215	2.338.620	4.041.899,17	5.177.597,77	3.816.708,95
Saldo para a gerência seguinte	3.360.675	3.113.539	3.219.831	2.555.593,19	3.006.671,58	3.302.337,04

Mantem-se a tendência da receita corrente ser muito superior à despesa corrente sendo a diferença muito superior ao valor das amortizações médias de empréstimos, cumprindo-se assim o equilíbrio orçamental estabelecido no art.º 40 da Lei 73/2013.



2.3. Grandes Opções do Plano

Análise da execução anual das grandes opções do plano

Na execução Anual das Grandes Opções do Plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2022, analisando-se apenas os valores referentes aos investimentos programados e executados. Relativamente à execução anual refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos registou 60,75%.

Quadro 14: Execução das GOP'S

Código	Classificação Funcional	Dotação corrigida Euros	Valor Executado Euros	% Execução
1.	Funções Gerais	1.398.359,00	764.039,00	54,48
1.1.1	Administração geral	1.336.372,00	727.421,26	54,26
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	61.987,00	36.617,74	87,45
2.	Funções Sociais	4.100.378,78	2.637.617,26	53,75
2.1.0	Educação			
2.1.1	Ensino não superior	53.421,00	0,00	0,00
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino			
2.2.1	Serviços individuais de saúde			
2.3.2	Ação social	85.490,00	64.051,16	74,92
2.4.0	Habituação e Serviços Coletivos			
2.4.1	Habituação	66.886,00	5.885,55	8,80
2.4.2	Ordenamento do território	1.761.244,28	1.380.833,55	68,08
2.4.3	Saneamento	29.920,00	24.859,47	83,09
2.4.4	Abastecimento de água	57.967,50	27.453,60	47,36
2.4.5	Resíduos Sólidos	288.581,00	27.699,61	9,60
2.4.6	Proteção meio ambiente conservação natureza	4.044,00	0,00	0,00
2.5.1	Cultura	1.403.475,00	1.078.589,85	76,85
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	322.405,00	169.028,45	52,43
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	26.945,00	17.370,00	64,46
3.	Funções Económicas	1.650.113,00	628.881,15	38,08
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	60.000,00	60.000,00	100,00
3.2.0	Indústria e energia	203.444,00	92.374,37	45,41
3.3.1	Transportes rodoviários	979.063,00	204.692,68	20,91
3.3.2	Transportes aéreos			
3.3.3	Transportes fluviais	33.579,00	31.578,20	94,04
3.4.1	Mercados e Feiras			
3.4.2	Turismo	50.000,00	0,00	0,00
3.5.0	Outras funções económicas	324.027,00	239.660,90	73,96
4.	Outras Funções	832.725,00	707.088,35	84,91



4.1.0	Operações da Dívida Autárquica			
4.2.0	Transferências entre administrações	394.582,00	335.039,50	84,91
4.3.0	Diversas não especificadas	438.143,00	372.048,34	84,91
TOTAL		9 153 282,00	5 560 561,11	60,75

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), espelha o investimento físico e as transferências de capital, realizado pelo Município, organizado por objetivos, programas, projetos e ações num horizonte de 4 anos. As AMR contemplam as atividades mais relevantes para o Município.

O resultando em 2022 ao nível da execução foi o seguinte:

- PPI obteve um valor de realização de 3.448.438,00 €, com uma percentagem de execução anual de 62,55%.
- AMR o valor final foi de 859 409,39€, com uma percentagem de execução anual de 62,47%.

Assim os dados apurados em 2022 nas GOP's foram os seguintes:

Funções Gerais – Objetivo 1

Administração Geral - projetos mais relevantes:

- Maquinaria e equipamento para serviços
- Reabilitação do edifício do Hospital Velho - equipamentos
- Aquisição de viaturas para os serviços

Proteção civil e luta contra incêndios – projetos mais relevantes:

- Continuação do apoio à equipa de intervenção permanente da proteção civil constituída pela AHBV Nisa
- O Município de Nisa colabora com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nisa, através da atribuição de um subsídio.

Funções Sociais – Objetivo 2

Ensino não superior – projetos mais relevantes:

- Software administração escolar

Ação Social - projetos mais relevantes:

- Apoio as IPSS e Santas Casas da Misericórdia
- Fundo municipal de apoio social

Ordenamento do território - projetos mais relevantes:

- Beneficiação de arruamentos no Concelho



- Requalificação da entrada do Monte do Arneiro
- Pavimentação da Estrada nº 544
- Beneficiação da Mobilidade na Avª D. Dinis e em zonas adjacentes de acesso ao Mercado Municipal em Nisa
- Rotunda de Tolosa

Saneamento -- projeto mais relevante:

- Equipamento básico para saneamento

Abastecimento de água -- projetos mais relevantes:

- Aduação água da Galeana para o depósito e fontanário

Resíduos sólidos - projetos mais relevantes:

- Contentores, papelarias e ecopontos
- Viatura adaptada para recolha de biorresíduos e compostagem

Cultura - projetos mais relevantes:

- Apoio a entidades no âmbito da cultura
- Obra Centro de artes e ofícios - antiga escola do Convento em Nisa
- Reabilitação do Edifício na Rua da Cadeia Velha em Nisa

Desporto, recreio e lazer -- projetos mais relevantes:

- Apoio corrente a várias entidades no âmbito do desporto e lazer
- É Nisa Road Mapping Tour
- Extensão do PR1 Trilho de Jans
- Construção de piscina em Tolosa
- Aquisição de terrenos para espaço multifunções Skate Board and BTT
- Ginásio

Funções Económicas – Objetivo 3

Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca -- projeto mais relevante:

- Acordo de colaboração entre CIMAA e o Município de Nisa - Brigada de Sapadores Florestais

Indústria e energia -- projeto mais relevante

- Energia e Iluminação Pública



Transportes rodoviários - projetos mais relevantes:

- Pavimentação caminho acesso do cais do tejo as Portas de Rodão
- Ponte Internacional sobre o Rio Sever – Ligação Transfronteira

Transportes fluviais – projetos mais relevantes:

- Cais do Monte do Arneiro

Turismo - projeto mais relevante:

- Marca É Nisa

Outras funções económicas - projetos mais relevantes:

- Despesas correntes - Termas
- Incubadora temporária de empresas

Outra Funções – objetivo 4

Transferências entre administrações - projeto mais relevante:

- Transferências diversas para as freguesias, no cumprimento do protocolo de delegação de competências

Diversas não especificadas – projeto mais relevante:

- Outros Investimentos



2.4. Custos por função

Apresentam-se os resultados já com custos e proveitos repartidos pelas várias funções incluindo os custos indirectos a bens e serviços.

A análise cuidada dos dados obtidos permitirá agora estudar a melhoria dos resultados. O mapa anexo apresenta os dados resultantes do balancete por funções relativos ao mês de Dezembro bem como do acumulado do ano 2022 retirado diretamente da aplicação SNC – Contabilidade de Gestão, em uso no Município (Mapas CC7, CC8 e CC9).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



3. Análise da Situação Económica

Limitações

A análise será feita tendo em conta exclusivamente o Balanço e Demonstração de Resultados.

3.1. Situação Financeira

Rádios Económico – Financeiros

Têm por referência a estrutura dos elementos do ativo, do património líquido e do passivo.

3.1.1. Balanço

Enquanto a execução orçamental, reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, através do Balanço e Demonstração de Resultados analisamos a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, os seus direitos e obrigações.

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância, no quadro seguinte apresenta-se resumidamente a estrutura patrimonial do Município.

Estrutura do Balanço

Município de Nisa

Balanço em 31 de dezembro de 2022

Unidade Monetária:

Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		Ano 2022	Ano 2021
<u>Activo</u>			
<u>Activo Não Corrente:</u>			
Activos Fixos Tangíveis	5	43 294 630,31	42 965 286,23
Activos Intangíveis	3	494 782,43	618 744,81
Participações Financeiras	9	4 306 641,74	3 390 158,05
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáv	9	8 214,00	8 214,00
<u>Total Activo Não Corrente:</u>		<u>48 104 268,48</u>	<u>46 982 403,09</u>
<u>Activo Corrente:</u>			
Inventários	10	387 586,58	385 197,23
Clientes, contribuintes e utentes	9	90 828,05	125 678,12
Devedores por transferências e subsídios	9	16 830,84	16 830,84
Estado e Outros Entes Públicos	19.1	77 809,05	0,00
Outras contas a receber	9	1 033 404,38	865 933,26
Diferimentos	9	207 173,37	186 876,07
Caixa e Depósitos Bancários	1	3 651 695,47	3 393 353,49
<u>Total Activo Corrente:</u>		<u>5 465 327,74</u>	<u>4 973 869,01</u>
<u>Total do Activo:</u>		<u>53 569 596,22</u>	<u>51 956 272,10</u>



<u>Património Líquido e Passivo</u>			
<u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO:</u>			
Património/Capital	13	29 511 525,15	29 511 525,15
Reservas	13	1 607 397,51	1 607 397,51
Resultados Transitados	13	-1 595 427,82	-1 967 224,05
Ajustamentos em Activos Financeiros	13	672 103,07	-213 146,23
Outras variações no património líquido	13	21 179 578,27	19 687 565,14
Sub-Total:		51 375 176,18	48 626 117,52
Resultado Líquido do Período	13	-436 241,29	371 470,52
<u>Total do Património Líquido:</u>		50 938 934,89	48 997 588,04
<u>Passivo:</u>			
<u>Passivo Não Corrente:</u>			
Provisões	16	237 171,83	103 582,21
Financiamentos Obtidos	7	965 499,00	1 215 307,06
Outras contas a pagar	9	335 449,90	370 905,86
<u>Total Passivo Não Corrente:</u>		1 538 120,73	1 689 795,13
<u>Passivo Corrente:</u>			
Fornecedores	9	37 295,35	42 352,35
Estado e Outros Entes Públicos	19.1	49 486,66	73 067,83
Financiamentos Obtidos	7	287 404,03	325 000,00
Fornecedores de investimentos	9	36 919,08	112 888,57
Outras contas a pagar	9	677 143,08	714 537,02
Diferimentos	9	4 292,40	1 043,16
<u>Total Passivo Corrente:</u>		1 092 540,60	1 268 888,93
<u>Total do Passivo</u>		2 630 661,33	2 958 684,06
<u>Total do Património Líquido e do Passivo</u>		53 569 596,22	51 956 272,10

Notas complementares:

Ativo

- Clientes, contribuintes e utentes – valor de 90.828,05 €
- Outras contas a receber – 1.033.404,38 €
- Caixa e depósitos – Total de 3.651.695,47 €

Património Líquido

- Correções a saldos de exercícios anteriores
- Individualização de bens móveis e imóveis afetos a empreitadas para registo no Património segundo o SNC-AP

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Passivo

- As Provisões para processos judiciais em curso visam assegurar responsabilidades e que à data do balanço tenham ocorrência provável. Assim, em 2022 foi reforçado o valor de 133.589,62€.
- Financiamentos obtidos -- valor de 965.499,00€ referente à componente de médio e longo prazo dos empréstimos a decorrer e 287.404,03€ da componente de curto prazo.
- Fornecedores -- valor de 37.295,35€
- Outras contas a pagar inclui o reconhecimento dos custos com pessoal e outros já registados em 2022.

Para melhor analisar a situação económica - financeira apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no termo do exercício económico, de forma a visualizar a situação em que se encontra o Município de Nisa, comparando os rácios nos anos de 2021 e 2022 (períodos e valores comparáveis).

Evolução dos Rácios Financeiros

Rácios	Cálculo	2020	2021	2022
Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo corrente	2,81	3,77	5,00
Solvabilidade	Património líquido/Passivo	15,11	16,56	19,36
Endividamento	Passivo/Ativo	0,06	0,06	0,05
Grau de autonomia financeira	Património líquido/Ativo	0,94	0,94	0,95

A Liquidez Geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo.

Solvabilidade traduz a posição de independência do Município face aos credores. Quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos.

Endividamento mede a participação de capitais alheios no financiamento do Município, admitindo que, quando este valor é superior a 1, as entidades se encontram em situação de falência técnica. Este indicador tem demonstrado uma evolução muito positiva já que existe menos dependência do Município em relação aos capitais alheios.

O rácio Grau de autonomia financeira dá informação sobre o grau em que o património líquido financia a atividade municipal. O Município de Nisa encontra-se com um confortável grau de autonomia financeira.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



3.1.2. Demonstração de Resultados

O Município encerrou o exercício, com um Resultado Líquido do Exercício negativo de 436.241,29€.

No quadro seguinte sintetiza-se a Demonstração de Resultados espelhando os respetivos resultados.

Estrutura dos Resultados

Município de Nisa
Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Impostos e Taxas	14 e 15	1 153 631,22	1 225 595,80
Vendas	14 e 15	292 042,64	477 374,80
Prestações de serviços	14 e 15	613 213,92	477 827,82
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14 e 15	8 051 972,74	7 927 593,09
Trabalhos para a própria entidade	5	50 398,44	89 139,07
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-195 000,14	-184 103,39
Fornecimentos e serviços externos	19.2	-3 032 020,97	-2 763 237,74
Gastos com o pessoal	19.3	-4 383 945,48	-4 336 889,39
Transferências e subsídios concedidos	19.4	-838 447,55	-542 780,28
Prestações sociais	19.4	0,00	-4 217,80
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-21 375,25	-81,94
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-31 776,55	-78 702,34
Provisões (aumentos/reduções)	16	-133 589,62	0,00
Outros rendimentos e ganhos	19.5	1 343 392,81	1 148 198,17
Outros gastos e perdas	19.6	-138 829,23	-138 801,83
Resultados antes de depreciações, gastos de finan e impostos:		2 729 666,98	3 296 914,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-3 165 861,42	-2 918 661,03
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	3 e 5		0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de finan. e impostos):		-436 194,44	378 253,01
Juros e gastos similares suportados	19.7	-8 696,62	-6 782,49
Juros e rendimentos similares obtidos	19.8	8 649,77	0,00
Resultado antes de imposto:		-436 241,29	371 470,52
Resultado líquido do período:		-436 241,29	371 470,52

3.1.2.1. Resultados Operacionais

Os proventos operacionais estão condicionados essencialmente às vendas e prestações de serviços, impostos e taxas e sobretudo às transferências e subsídios obtidos.

Quanto aos gastos destacam-se fornecimentos e serviços externos, verifica-se um aumento em relação ao período anterior e ainda destacamos o peso significativo na rúbrica gastos com pessoal.

Relativamente às transferências e subsídios concedidos no exercício 2022 houve um acréscimo justificado pelas transferências a entidades devido as adversidades verificadas no exercício corrente

3.1.2.2. Resultados Financeiros

Em 2022 foram suportados 8.696,62€ com juros, valor superior ao do exercício anterior.

3.1.2.3. Resultado Líquido do Período

Considerando os custos e proveitos totais, resultou um valor negativo de 436.241,29€.

3.1.3. Endividamento

A capacidade legal de endividamento revela-se dentro dos limites de alguma razoabilidade, não tendo ainda constituído fator impeditivo ao normal funcionamento e desenvolvimento das atividades municipais, tendo em conta as capacidades económicas e financeiras do Município.

Evolução do Endividamento

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos, tanto de terceiros como a terceiros.

Dividas a Terceiros

A terceiros	2018	2019	2020	2021	2022
Curto prazo	881.911,00	962.921,00	555.082,00	480.240,92	361.618,46
Médio e longo prazo	2.129.239,00	1.884.114,00	1.398.595,00	1.215.307,06	965.499,00
Total	3.011.150,00	2.847.035,00	1.953.677,00	1.695.547,98	1.327.117,46

Registou-se uma diminuição de 368.430,42€ nas dívidas a terceiros. O Município esforça-se por cumprir e honrar atempadamente todos os seus compromissos.

Dívidas de Terceiros

De terceiros	2018	2019	2020	2021	2022
Curto prazo	188.419,00	153.643,79	194.210,73	142.503,96	107.658,89
Médio e longo prazo	8.214,00	8.214,00	0,00	8.214,00	8.214,00
Total	196.633,00	161.857,79	194.210,73	150.722,96	115.872,89



Registou-se uma diminuição considerável de 34.850,07€ que se deve ao curto prazo da dívida de clientes.

4. Cumprimento da LCPA, de acordo com a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro

No cumprimento da referida Lei foram calculados mensalmente os fundos disponíveis e não existem pagamentos em atraso, ou seja, superiores a 90 dias após a data limite de pagamento.

- Fundos Disponíveis de dezembro 2022 no montante de 4.283.664,72€
- Pagamentos em atraso em dezembro de 2022 no valor de 0,00€

5. Cumprimento da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, de acordo com a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro

No cumprimento da Lei referida os valores apurados foram os seguintes:

- Artigo 40º n.º 2 – Receita corrente bruta cobrada \geq despesa corrente acrescida das amortizações médias de médio e longo prazo
- $10.419.143,48\text{€} \geq 8.992.178,21$ ($8.633.318,32 + 358.859,89$)
- Artigo 56 n.º 3 – Taxa de execução da receita $> 86\%$

6. Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Analisando as Demonstrações Financeiras do ano 2022, verifica-se que o resultado líquido do exercício apresenta um valor negativo de 436.241,29€, conforme se encontra evidenciado no Balanço e Demonstração de Resultados. O Executivo Municipal propõe a seguinte aplicação de Resultados:

Que o valor do resultado líquido do exercício, negativo de 436.241,29€, seja transferido para a conta 56 - "Resultados Transitados".

7. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício

A guerra na Ucrânia será um fator que terá certamente um impacto significativo no exercício 2023.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de alterar a situação revelada nas contas.